

MAIORIA DOS PAIS NÃO QUER VOLTA DAS AULAS PRESENCIAIS EM NOVEMBRO

Mayke Toscano/GCOM-MT



Resultados preliminares da pesquisa realizada pelo governo do Estado sobre a possibilidade de retorno às aulas apontam que a maioria dos pais não querem que seus filhos voltem a estudar presencialmente no mês de novembro. A informação foi revelada pela secretaria estadual de Educação, Marioneide Kliemaschewsk. Atualmente a média móvel do contágio está em declínio, mas de forma muito lenta. Segundo dados da última quinta-feira (1), o estado está registrando média de 18 mortes e 1.050 casos da doença ao dia

PÁG. 3

Mayke Toscano/Secom-MT



Samaniego quer reaver protagonismo do Crea

Eleito presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea/MT), Juares Samaniego afirmou que pretende colocar o Conselho “no lugar que merece”. Ele criticou a condução do conselho nos últimos anos e afirmou que pretende dar mais retorno à sociedade, por meio da fiscalização das obras públicas em Mato Grosso

PÁG. 3

Taques vai à Justiça contra uso de aviões AL em campanha

O ex-governador e candidato ao Senado Pedro Taques (Solidariedade) entrou com um pedido na Justiça para que a Assembleia Legislativa de Mato Grosso informe se os deputados Valdir Barranco (PT) e Elizeu Nascimento (DC), ambos candidatos ao Senado, utilizaram de aviões bancados pelo Parlamento para realizarem viagens ao interior. Além dos dois, também estão na mira de Taques o senador interino Carlos Fávaro e o deputado federal José Medeiros

PÁG. 4

MT e União Unidos pelos agricultores

Famílias de agricultores Mato-grossenses começaram a ter acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) dos governos Estadual e Federal. O termo de adesão foi formalizado nesta segunda-feira (28) em Cuiabá pelo Ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni e destinará R\$ 10,6 milhões em compras de alimentos produzidos pela agricultura familiar no estado. Para o próximo ano, o governo do Mato Grosso pretende reforçar o programa com recursos próprios

PÁG. 4

Índios serão protegidos por barreiras

Após cobrança de lideranças indígenas e partidos políticos, o presidente Jair Bolsonaro (Sem partido), editou a medida provisória determinando o estabelecimento de barreiras sanitárias em terras indígenas com a finalidade de controlar o trânsito de pessoas e mercadorias dentro das aldeias, afim de evitar o contágio e a disseminação da covid-19. Mais de 800 indígenas já morreram vítimas do coronavírus e 158 povos já foram afetados pela doença, sendo 34.402 infectados, de acordo com dados da Apib

PÁG. 6

Mayke Toscano/Secom-MT



Piracema começa nos rios de MT

O período de defeso da piracema começa nesta quinta-feira (01) e segue até o dia 31 de janeiro. Nesses meses estão proibidos à pesca, tanto amadora como profissionais. Quem desrespeitar a legislação poderá ter o pescado e os equipamentos apreendidos, além de levar multa que varia de R\$ 1 mil a R\$ 100 mil, com acréscimo de R\$ 20, por quilo de peixe encontrado

PÁG. 6

EDITORIAL

Razões para acreditar

O aumento simultâneo da confiança de empresários e da intenção de compra dos consumidores, captados por várias pesquisas tanto da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) quanto da Fundação Getúlio Vargas, mostra que há um otimismo generalizado no Brasil. Os números dão sinais de que as condições econômicas do país melhoram continuamente.

Em setembro, Cuiabá interrompeu uma sequência de quedas consecutivas na Intenção de Consumo das Famílias (ICF), medida em pesquisa da CNC. O índice atual alcançou 59 pontos, crescimento de 3,1% sobre o mês anterior. Porém, os reflexos da crise trazida pelo lockdown ainda permanecem. Mesmo com a alta, o índice ainda apresenta um recuo de 31,4% na comparação com o mesmo período do ano passado, quando apresentava 86 pontos.

Já no levantamento da Fundação Getúlio Vargas, o Índice de Confiança dos Consumidores e o Índice de Confiança do Comércio registram altas consecutivas desde maio, reforçando uma trajetória de recuperação. O dado mais animador é que a confiança se espalha em todas as faixas de renda, o que ajuda a afastar – ao menos um pouco – o temor de que o fim do auxílio emergencial traga nova crise ao comércio. Contudo, esse medo ainda existe. Até por isso não conseguimos atingir a plenitude dos níveis pré-pandemia e o comércio faz projeções menos otimistas para os próximos meses, embora ainda se

mantenha a confiança na recuperação econômica.

A resposta agora depende da retomada do emprego. Com uma massa de mais de 13 milhões de desempregados, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país atingiu o maior índice de desemprego desde 2012. O nível da ocupação (percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar) também caiu para o patamar mais baixo da série histórica, atingindo 47,1%.

Criar condições para que esses trabalhadores retornem ao mercado de trabalho e passem a contribuir ativamente com a economia é o grande desafio que se impõe no momento, não só no Brasil, mas em todo o planeta. Contudo, os dados da economia brasileira apontam que há espaço para uma recuperação acentuada desde que haja essa volta ao emprego. Isto é: há intenção de consumir, a questão agora é garantir a renda para que os trabalhadores tenham como arcar com as despesas.

Analistas do IBGE apontam que a flexibilização das medidas restritivas deve levar uma grande parcela dos desalentados e desempregados a buscar a reinserção no mercado de trabalho. Os dados antecipados de setembro já apontam para uma melhora no mercado de trabalho, com queda no número de desempregados entre a última semana de agosto e a primeira de setembro. Ainda é cedo para tirar conclusões, mas há motivos para ser otimista.

Planejamento para o Pantanal

Wellington Fagundes (*)

O Corpo de Bombeiros informou que os focos de incêndio no Pantanal tiveram redução de 80% desde o último sábado, quando a Comissão Externa do Senado esteve na região, acompanhando o trabalho de combate ao fogo pela corporação, brigadistas e voluntários – ocasião em que senadores e deputados puderam também ouvir a experiência de ribeirinhos, proprietários rurais, donos de pousadas, ambientalistas e cientistas.

A notícia dada pela corporação, a princípio, deveria ser motivo de comemoração. Mas, só a princípio. Técnicos e especialistas dos mais variados órgãos ligados ao setor, reunidos na Sala de Crise Hídrica da Bacia do Rio Paraguai, liderada pela Agência Nacional de Águas (ANA), nos mostraram que se faz necessário atenção redobrada com a situação do Pantanal.

Longe do pessimismo, essa é a realidade nua e crua. Não é de hoje que a ciência tem emitido alertas insistentes sobre os riscos e que a situação de hoje estava prevista. Já foi mostrado que desde 2010 que a região tem tido chuvas abaixo da média. No ciclo hidrológico de 2019-2020, o período de chuvas foi mais desfavorável e chegou a aproximadamente a 70% da média esperada entre outubro de 2019 e o momento atual.

Esse quadro, por si, só já seria o suficiente para que todos, indistintamente, derramassem intensa preocupação. Afinal, o que é o Pantanal Mato-grossense, senão a maior planície de inundação do planeta?

Infelizmente, é preciso reconhecer que o Brasil não é um país de planejamento. E apresso-me a dizer que não é apenas na questão ambiental. Com enormes potencialidades em todas as áreas, somos uma nação que perdemos muito por conta dessa característica histórica e institucional.

A situação do Pantanal, portanto, não é um problema instalado hoje. Estamos assistindo uma tragédia em um dos mais extraordinários patrimônios naturais do Brasil e do Mundo, que possui uma bio-

diversidade superada apenas pela Amazônia – embora com maior número de indivíduos por espécies.

Apesar das chuvas dos últimos dias, a projeção apresentada pelos técnicos e especialistas indicam que as condições de seca devem permanecer intensas em mais duas ou três semanas. Mais que isso: a formação do fenômeno La Niña também vem sendo observada, e ele pode se estender até o início de 2021, o que pode retardar o início das chuvas na região.

Dessa forma, é hora de planejar. Mesmo sob o rigoroso regime de emergência que estamos enfrentando. E planejar não apenas para duas, três semanas, mas as ações para o trimestre e para todo o ano que vem, para o próximo, o próximo e por diante. Enfim, é preciso pensar em um Pantanal preservado para as futuras gerações. E isso se dará ouvindo a todos os personagens envolvidos, distantes das rebuscadas – porém estáticas – discussões ideológicas.

De nossa parte, como legisladores, percebemos a existência de um vazio jurídico imenso quando se trata do Pantanal. Por isso, definimos que é preciso estabelecer um marco, um Estatuto com regulamentos para uso e ocupação da região, procurando harmonizar num regimento federal naquilo que é de interesse de todos, do homem pantaneiro, ao ambientalista; do dono da pousada ao cientista; do produtor rural, dos pecuaristas que há anos estão na região ao criador de espécies.

Até porque, está claro, todos são unânimes em firmar uma direção única: é preciso preservar e garantir vida ao Pantanal. E isso só acontecerá com planejamento!

* WELLINGTON FAGUNDES é senador da República por Mato Grosso e presidente da Comissão Temporária Externa do Pantanal



O cinza da conspiração

Lourenbergue Alves (*)

Nuvens cinzentas. Não se mexiam. Ao menos era essa a impressão que se tinha. Mesmo diante das fortes ondas de fumaça. Vinham lá das bandas do cerrado e da savana alagada. Espalhavam-se com uma rapidez impressionante, e uniformemente desciam sobre as cidades. Quase como um tapete gigante e espesso, impenetrável pela luz. O que tornava o ar asfíxiante e o calor, bem mais quente. Crianças e adultos reclamavam do forte mal-estar. Insuportável! Palavra repetida por muitos, a todo instante e toda hora. As conversas, independentemente do lugar e da ocasião, sempre se voltavam para o estado do clima, da baixa umidade e do fogo, cujas labaredas deixam rastros de destruição na natureza, formando um imenso vazio em suas entranhas, com ferimentos e mortes de animais e o verde em desaparecimento. Manchetas e chamadas ganharam as páginas dos jornais, revistas, sites, blogs e os espaços das emissoras de TV e de rádio. E, logo, se espalharam mundo afora. Críticas não tardaram. Pipocavam-se aos montões. Tais como milhos de pipocas nos micro-ondas. E não era para menos.

Afinal, continuam vibrante e efervescente o “crescimento econômico e a sustentabilidade”. Países levam a sério. O mercado internacional é exigente neste sentido. Ainda assim, há quem deixa de respeitar o meio ambiente e a não estar nem aí para a qualidade de vida da população. Tudo pela ganância. A reação internacional não perdoa. Associa-se a nacional. Ou, talvez, seja a nacional que se somou a internacional. Mas, quer saber, pouco importa quem se juntou. Relevante mesmo é o que juntos estão a defender. Ainda que haja, e sempre há o sabotador, aqueles, ou aqueles que buscam o atalho, o esconde-esconde, para escamotear, mesmo incapazes de esconderem as línguas de fogo que, ao longe, podem ser vistas, enquanto as correntezas de fumaças se avolumam nos céus das paragens distantes. A savana e o cerrado tornam desse modo, o centro do universo. Pena que por

uma via indesejada, porém provocada, pois está em curso o processo de desmonte das entidades encarregadas de fiscalização, com o coro do “passar a boiada”.



Gritaria! O eco chega às vigílias. Retumbam na ONU. Voltam-se as críticas. Bem mais acentuadas. Os reinóis são levados a se pronunciarem. Não têm outra saída. Mas conta com um grande trunfo, o de ser o primeiro a falar, e fala por quase um quartel de hora. Talvez nem isso. Muito menos, na verdade. Inexistia novidade no que dissera. Nem a tal novidade era esperada. Longe disso. Foi ouvido, e o que se ouviu em nada se aproximava do ocorrido. Ainda que se fizesse um tremendo esforço. Impossível se contentar com a versão. Versão estranha. Distante, sequer, de persuadir. Mas o falante não falou para os presentes em assembleia. Falou para um público específico. O seu próprio. Acostumado ao negacionismo. Alheio ao dizer da ciência. Adepto da versão em substituição do fato. Um fato que lhe soa mal aos ouvidos. E foi ao delírio diante do rosário de mentiras. Sem que tivesse usado pedrinhas. Nem poderiam. Isso porque está longe de ser um anacoreta oriental. Ainda que quisesse sê-lo. Mesmo em meio a uma cortina de fumaça, pela qual se esconde e ataca as minorias sociais, com o fim de afastá-las do reconhecimento de direitos.

Toada em que se associou a outra, a de que há um complô contra, e tudo faz para replicar as “falsas” denúncias de desmatamento e de queimadas. Assertiva, no mínimo, curiosa – para não escrever aqui um palavrão. Conspiração e falsidade que se juntam com o fim de esconder o que não se pode jamais, pois o céu continua cinzento, carrancudo, não de mau-humor, mas da fumaça que advém do fogo que deixa rastros na savana e no cerrado, a despeito dos que procuram negar tais fatos. É isto.

LOUREMBERGUE ALVES é professor universitário e analista político.

O que não é marketing?

Luiz V. D. da Silva – “SHIPU” (*)

Estima-se que o agro brasileiro demMarketing não é... bruxaria, mágica ou milagre. Se uma pessoa ou empresa conquista excelente resultado financeiro, qualidade de vida e prestígio, para quem está de fora ou para os menos informados, sempre irá parecer que esse resultado é uma questão de bruxaria, mágica ou até um milagre.

Marketing não é... propaganda. Existe uma grande confusão entre marketing e propaganda. Fazer essa confusão é o mesmo que confundir a árvore com a folha da árvore. Propaganda são as folhas da árvore. Marketing é a árvore. Podemos fazer marketing sem propaganda. Essa confusão existe porque a propaganda foi a parte mais ruidosa do marketing de massa da Era Industrial. Atualmente vem ganhando força a comunicação pessoal e interativa.

Marketing não é... sinônimo de mentira, imoral ou antiético. Tenho certeza que você em algum momento já ouviu a frase: “Esse produto não tem qualidade, não é tão bom assim...” - “É puro Marketing”. Marketing é uma ferramenta de gerar valor para o cliente e para a empresa. E como toda ferramenta, vai depender de quem a utiliza. Uma faca não é moral ou imoral, ética ou antiética. O seu uso por uma pessoa que tenha má intenção, sim, será moral ou imoral, ética ou antiética. Não podemos punir a faca pelo uso que fizeram dela. Podemos punir atitude antissocial de quem a usou mal.

Marketing não é... bicho-papão. O marketing é a ferramenta ideal para esses novos tempos. A partir dele, podemos identificar novas oportunidades – através de pesquisas – e estabelecer objetivos e alternativas estratégicas para alcançá-las. É possível conhecer e aplicar as variáveis de marketing na sua empresa para gerar valor para os seus clientes. Ele não é uma ciência difícil. E é preciso entender que não é preciso se tornar um mestre do Marketing, isso leva a vida inteira, mas sim conhecer e ter condições de empregar corretamente suas técnicas de administração no seu negócio.

Marketing não é... receita de bolo. Não é objetivo dessa ciência indicar soluções prontas e acabadas, já que cada caso é um caso. Nela você encontrará caminhos

seguros para que enfrente suas próprias soluções para o seu negócio. Não existe receita pronta. Tudo é fruto de planejamento e capacidade de implementar as mudanças necessárias. A administração de marketing como ferramenta geradora de valor é o caminho que levará à solução desde que corretamente utilizada.



Marketing não é... responsabilidade de um só. Toda a empresa é responsável pela geração de valor na percepção do cliente.

Marketing não é... caridade. A Filantropia ainda pode ser confundida facilmente com o Marketing Social, pois envolve um trabalho em direção às causas sociais. Porém, a definição de Filantropia é entendida como doação e caridade. Na Filantropia não existe uma equivalência exigida pela empresa doadora por parte dos beneficiários. Não há preocupação nenhuma com o destino do dinheiro ou recurso, nem com a forma pela qual foram utilizados.

Marketing não é... perder dinheiro. A única maneira de escolher corretamente os investimentos que devem ser feitos por uma empresa é entendendo bem quais são as estratégias que dão resultados e são capazes de aproximar o negócio de suas metas. A ferramenta para isso em marketing é conhecida como retorno sobre Investimento. Por meio desse indicador, é possível saber quanto dinheiro a empresa está ganhando ou perdendo com cada investimento realizado.

Enfim, Marketing é compreender o mercado e os consumidores para criar relacionamentos valiosos e gerar lucro. Ele abrange uma série de conceitos, estratégias e metodologias, que estão em um ambiente mutante. Descobrir como sobreviver neste ambiente vai depender da sua experiência e sensibilidade, do seu talento e da sua constante capacidade de aprender e inovar em Marketing.

Boas Venda\$!

LUIZ VICENTE DORILEO DA SILVA – “SHIPU”, formado em administração com MBA Executivo Internacional e especialista em Marketing. shipumt@hotmail.com

Jornal
IMPRESSO MT

FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

ESCOLAS FECHADAS

Resultados preliminares de pesquisa realizada pela Seduc apontam que 60% dos responsáveis não querem o retorno das aulas presenciais

Pais têm medo da volta às aulas

Mayke Toscano/Secom-MT

Da redação

Resultados preliminares da pesquisa realizada pelo governo do Estado sobre a possibilidade de retorno às aulas apontam que a maioria dos pais não quer que seus filhos voltem a estudar presencialmente. Hoje, a média móvel da covid está em declínio, mas de forma muito lenta. Segundo dados da última quinta-feira (1), o estado está registrando média de 18 mortes e 1.050 casos da doença ao dia.

Em razão disso, cerca de 60% dos pais não querem a retomada das aulas presenciais na rede estadual. A informação foi revelada pela secretária de Estado de Educação, Marioneide Kliemaschewsk, que planeja dar o primeiro passo para a reabertura ainda no mês de novembro. No entanto, isso depende de uma série de



Marioneide explica que volta às aulas depende de autorização dos pais e de técnicos da Saúde

fatores, como a autorização das autoridades sanitárias e dos pais e responsáveis.

“Estamos fazendo a pesquisa tanto por e-mail como fisicamente. Estamos acompanhando como se está procedendo isso. Eu falo para você que uma média de 60% hoje está favorável à não retomada das aulas, porém a pesquisa ainda não foi concluída”, afirmou.

A pesquisa feita pela Secretaria Estadual de Educação (Seduc) deve ser concluída apenas na próxima sexta-feira, dia 9, mas a equipe tem enfrentado dificuldades. Segundo Marioneide, muitos pais estão se abstendo de responder e a equipe da secretaria precisa comunicá-los para garantir o preenchimento dos questionários.

O objetivo da retomada das aulas ainda neste ano leva em con-

sideração a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em janeiro de 2021. Para amenizar os prejuízos causados por mais de seis meses sem aula, a Seduc pretende realizar um “intensivão” com os alunos e prepará-los melhor para o Exame.

Caso haja a volta às aulas, haverá um limite de 15 alunos por sala, além de seguir todos os protocolos de segurança, como o uso de álcool em gel e máscaras durante todo o período.

“Se as autoridades da Saúde acreditarem que é possível fazer a retomada, com todo o protocolo de segurança, organizando o terceiro ano de forma que a gente tenha uma média de 15 alunos por turno, com o sistema híbrido ainda, aí a gente retornaria em novembro, mas tudo isso depende de tudo isso que estou te falando”, disse.

NOVO PRESIDENTE

Juarez Samaniego quer colocar Crea “no lugar que merece”

Da redação

Eleito presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea/MT), Juarez Samaniego afirmou que pretende colocar o Conselho “no lugar que merece”. Samaniego foi eleito com 1.290 votos na eleição realizada durante a quinta-feira (1) em diversos municípios do estado. Além de futuro presidente do Crea, Samaniego é secretário de Meio Ambiente de Cuiabá.

“Voltar e colocar o Crea onde ele merece, um lugar de destaque, talvez um Conselho mais importante do estado, onde tem 25 mil profissionais nas áreas da tecnologia, da geociência. Infelizmente, nos últimos quatro anos deixou a desejar, foi mal conduzido, mal administrado”, afirmou Samaniego à reportagem.

Questionado se vai abrir alguma auditoria para apurar possíveis irregularidades, afir-

mou que vai esperar primeiro o Conselho Federal julgar as contas e, caso reprovadas, ele não descarta abrir algumas investigações. Samaniego, que já foi presidente do Crea-MT por duas ocasiões, promete afirmou que vai honrar os votos conquistados e contribuir com a sociedade ao emitir laudos sobre obras públicas.

“Nós somos auditados pelo Conselho Federal e, automaticamente, pelo TCU (Tribunal de Contas da União). As contas têm que ser aprovadas. Dentro do Crea tem uma comissão que aprova as contas, a plenária precisa aprovar essas contas da gestão. Se estiver tudo ok, for aprovado, não sou eu que vou colocar auditoria para ficar olhando no retrovisor”, disse.

Samaniego disse também que não pretende perseguir ninguém, mas ressaltou que a instituição recebe dinheiro de seus as-

sociados e que pouco foi investido durante a gestão de João Valente.

Sobre as inúmeras tentativas do candidato à reeleição, João Valente, de tirá-lo da disputa, Samaniego não poupou críticas. De acordo com o secretário, Valente não tem qualquer representatividade e só foi eleito presidente com a ajuda dele, que até então era um amigo.

O futuro presidente classifica as tentativas como desespero do opositor. Ele ainda prevê que Valente vai ingressar com outras ações judiciais para tirá-lo do cargo.

“Faltou um pouco de respeito por parte dele, de solidariedade. É um cara que se dizia meu amigo. Nos momentos mais difíceis, quando eu estive internado [com covid], nem uma palavra de solidariedade, mas sim ações judiciais sabendo que não podia me defender porque estava hospitalizado”, concluiu.



Samaniego quer dar mais retorno à sociedade, com mais fiscalização sobre obras públicas

DECRETO

Aulas continuam suspensas por mais 10 dias em Cuiabá

Da redação

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), prorrogou por mais 10 dias a suspensão das aulas presenciais. O decreto n. 8.132/2020 foi publicado nesta manhã de quinta-feira, 1º de outubro. A determinação é válida para as unidades educacionais das redes pública e privada.

De acordo com a assessoria de imprensa da Prefeitura, a determinação não altera as orientações do decreto publicado anteriormente, que autorizou o retorno presencial de unidades berçário I e II e maternal I, com atendimento limitado a 50% da capacidade, com teto de 15 crianças por turma.

A liberação das atividades escolares é uma

das principais pressões sobre a gestão municipal. Com as medidas de distanciamento social e não aglomeração flexibilizadas, as aulas presenciais são uma das poucas atividades que ainda não foram liberadas na capital, que já permitiu o retorno de estabelecimentos como shopping centers, academias, bares e restaurantes.

SALÁRIO DEFASADO

Estado prevê pagamento da RGA atrasada em 2021

Da redação

O governo de Mato Grosso terá mais de R\$ 2 bilhões para investimentos no próximo ano e capacidade para pagar a Revisão Geral Anual (RGA) dos servidores públicos. A informação consta na Lei Orçamentária Anual (LOA), entregue à Assembleia Legislativa na última quarta-feira (30) e destacada pelo secretário de Estado de Fazenda, Rogério Gallo.

De acordo com o gestor, o governo só espe-

ra o enquadramento na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para fazer o pagamento dos direitos em atraso. Ainda segundo Gallo, isso é fruto do trabalho de ajuste fiscal promovido em 2019 e em 2020, como corte de benefícios fiscais e uma reforma administrativa.

“O que foi fixado em 2017 que não foi pago em 2018 (um resíduo de 3%), esse, possivelmente nós teremos condição de fazer o pagamento”, disse, em entrevista. Ele ressaltou,

porém, que há uma lei federal que poderia impedir o pagamento da RGA no período de calamidade, até 31 de dezembro de 2021, o que deve impedir o pagamento da revisão dos anos de 2020 e 2021.

“Aquilo que está suspenso, é só aguardar de fato o cumprimento dos 49% para que a gente tenha condições de retomar os pagamentos. Eu tenho certeza que nós teremos condição de fazê-lo”, afirmou.

A LOA de 2021 prevê arrecadação de R\$ 22

bilhões e o mesmo valor de despesa, sendo que 12% poderão ser aplicados em investimentos na área de Infraestrutura, Educação, Segurança Pública, dentre outros. Do montante de R\$ 22 bi, R\$ 170 milhões serão destinados às emendas parlamentares impositivas, sendo que 50%, isto é, R\$ 85 milhões, serão de alocação exclusiva para a Saúde, Educação e Cultura, Esporte e Lazer. Os outros 50% os deputados poderão alocar da forma como preferirem.

De acordo com o secretário, a LOA 2021 é “histórica” e destacou o apoio de todos os Poderes, que trabalharam em conjunto para entregar o Orçamento.

Sobre o Plano Plurianual (PPA), Rogério Gallo destacou que a maior incerteza no período pós-covid é a manutenção dos 300 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) criados durante a pandemia. Ele destacou que alguns leitos deverão ser mantidos, mas para manter 100% das UTIs seria ne-

cessário apoio do governo federal.

Gallo também destacou que a geração de empregos no estado deverá subir em função da retomada de capacidade de investimento da gestão estadual.

“Quando você fala que vai investir R\$ 2,1 bilhões no ano de 2021, isso é emprego e renda na veia. É construção civil, é construção de presídios, de hospitais. Com isso vamos movimentar praticamente os 141 municípios de Mato Grosso”, garantiu.

Divulgação/Secom-VG

AVIÕES DA AL

Em petição à Justiça Eleitoral, ex-governador diz suspeitar que deputados e senador estão fazendo campanha com recursos públicos

Taques aponta 'uso da máquina'

Mayke Toscano/Secom-MT

Da redação

O ex-governador e candidato ao Senado Pedro Taques (Solidariedade) entrou com um pedido na Justiça para que a Assembleia Legislativa de Mato Grosso informe se os deputados Valdir Barranco (PT) e Elizeu Nascimento (DC), ambos candidatos ao Senado, utilizaram aviões bancados pelo Parlamento para fazer viagens ao interior.

O governador desconfia que os deputados estaduais estão se utilizando da estrutura do Parlamento para realizarem campanha mesmo antes de serem registradas suas candidaturas no Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Além disso, Taques também solicitou informações sobre os demais candidatos.

“Além disso, Carlos Fávaro (senador), José Medeiros (deputado federal), Valdir Barranco (deputado estadual) e Elizeu Nascimento (deputado estadual), embora investidos em

mandatos legislativos, podem estar viajando pelo estado de Mato Grosso em nítida pré-campanha travestida de ‘atuação parlamentar’, tudo à custa do erário”, diz trecho da petição.

No pedido feito à Justiça, os advogados Lenine Póvoas e Patrícia Mafra alegam que a divulgação de projetos e pedidos de apoio são permitidos, mas “os custos para tanto devem ser ínfimos, em valores que os demais pretendentes participantes também tenham condições de arcar, sob pena de ofensa à isonomia”.

A peça também cita as condições financeiras dos demais candidatos, como a de Reinaldo Moraes (PSC), que além de ter patrimônio de mais de R\$ 158 milhões, também é proprietário de uma aeronave. Por isso, ele também pediu que a concessionária de aeroportos Centro-Oeste Airports (COA) também apresente informações.

Os advogados sustentam que os gastos na



Taques suspeita que parlamentares estão usando aviões da Assembleia para fazer campanha

pré-campanha não são incluídos na prestação de contas e que o gasto excessivo pode ser considerado abuso de poder econômico.

“O objetivo da presente demanda é inves-

tigar quanto foi e vem sendo despendido por todos os candidatos ao Senado e respectivos suplentes com viagens em aeronaves na pré-campanha. Mutatis mutandis, esse tipo de

prática já deu azo a casação em caso absolutamente parelho (leading case “Selma Arruda”), sustenta.

Taques também pediu que os aeródromos de Santo Antônio de Le-

verger e do grupo Bom Futuro apresentem solicitações de uso do local, já que eles são bastante utilizados por políticos e empresários em voos particulares para o interior de Mato Grosso.

Mayke Toscano/Secom-MT



Ministro diz que europeus atacam o Brasil para prejudicar o agronegócio

INCÊNDIOS FLORESTAIS

Onyx: críticas contra Mato Grosso são barreira comercial

Da redação

Em visita a Cuiabá na manhã da última segunda-feira (28), o ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, afirmou que as críticas aos incêndios florestais em Mato Grosso são parte de uma estratégia comercial de países da Europa para prejudicar o agronegócio brasileiro, servindo como uma ‘barreira comercial’ ideológica.

Lorenzoni, que é médico veterinário, lembrou que antes do discurso sobre o meio ambiente, a barreira comercial imposta pelos concorrentes do Brasil era a febre aftosa, que foi controlada pelas autoridades sanitárias brasileiras. Com isso, passaram a utilizar o discurso ambientalista.

“Quando a gente reverbera o que o rei da Noruega diz, o presidente da França, a ONG holandesa diz, nós estamos prejudicando o nosso país. O nosso país tem a maior cobertura vegetal do mundo, nosso país tem a maior cobertura florestal do mun-

do. A produção de Mato Grosso é a produção que, comparada com nossos competidores internacionais, usa o menor volume de substâncias químicas”, disse.

Ele afirmou também que o Brasil é exemplo para o resto do mundo e não tem outra nação europeia que possa dar lição no país. “Hoje eles têm que procurar onde que eles botaram ou onde eles queimaram a floresta nativa deles. Muito provavelmente nas lareiras”, respondeu.

Sobre as queimadas, Onyx afirmou que o governo federal tem agido de forma eficaz para garantir a preservação do meio ambiente. Apesar disso, somente no Pantanal as queimadas consumiram cerca de 20% do bioma e causaram prejuízos irreparáveis para a fauna e flora da região, matando milhares de animais queimados.

Na última semana, o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, esteve em Cuiabá para destinar R\$ 10 milhões para o combate às queimadas.

“O governo atua de forma muito eficaz e muito eficiente na preservação aqui no país. No caso, tanto da Amazônia como do Pantanal, nós temos que verificar todas as condições que envolvem essas questões. Lamentavelmente isso é utilizado de maneira muito agressiva por competidores internacionais”, afirmou.

O governador Mauro Mendes (DEM) também saiu em defesa do governo federal e de sua gestão ao afirmar que desde o surgimento dos primeiros focos de incêndio, em julho, o governo tem atuado para conter as chamadas.

“Desde o primeiro momento, nós entramos com os nossos bombeiros, com a Sema [Secretaria de Estado de Meio Ambiente], a Marinha e o Exército sempre estiveram presente ao nosso lado aqui em Mato Grosso. Essa conversa querendo atacar o governo federal de que ele demorou, isso é uma mentira plantada por alguns”, afirmou.

APÓS TRAGÉDIA

Valdir Barranco quer aumentar ICMS na compra de armas

Da redação

O deputado estadual Valdir Barranco (PT) apresentou um projeto de lei na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) para aumentar em 15% o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) visando à aquisição de armas de fogo por colecionadores, atradores esportivos e caçadores (CACs).

Atualmente, a alíquota é de 35%. Com a adição dos 15% a essa taxa, caso o projeto seja aprovado, a alíquota passará a ser de 50% na aquisição das armas. O projeto busca ter efeitos pontuais na diminuição dos crimes e mortes, bem como acidentes que afetam a população de Mato Grosso.

“De acordo com estatísticas da Secretaria

de Estado de Segurança Pública, em 70% dos crimes cometidos com o emprego de armas de fogo, as armas utilizadas que compradas legalmente, podem ser passadas para as mãos de criminosos ou até mesmo ocorre acidentes como o caso da Isabele Ramos que chocou o Brasil pela facilidade de aquisição de arma e depois utilizá-la como esporte”, diz parte da proposta apresentada pelo deputado.

Barranco salientou que o projeto representa uma importante luta contra os índices de violência e que a proposta apresentada está adequada ao princípio da anterioridade e da seletividade, consagrados em sede constitucional.

O deputado estadual também divulgou dados de 2017 que mostram o

aumento de número de mortes de jovens envolvendo armas de fogo. Naquele ano, 35.789 jovens morreram em todo o país vítimas de arma de fogo. O número representa uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens no país.

Já em Mato Grosso no mesmo ano, 432 jovens com idade entre 15 a 29 anos foram mortos com arma de fogo.

“A restrição tributária ao comércio de armas de fogo e munição traduz, portanto, expressiva conquista da dignidade humana e da cidadania e certamente terá significativos reflexos na esperada redução do número de mortes violentas provocadas em virtude do uso e da compra indiscriminados de armas de fogo”, concluiu o parlamentar.

VOLTA À NORMALIDADE

MT determinou o retorno dos servidores ao trabalho

Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) determinou o retorno dos servidores que estão na modalidade de teletrabalho para o trabalho presencial. A informação consta em decreto publicado em edição extra do Diário Oficial do Estado (Iomat) da última quarta-feira (30). A determinação não se aplica aos servidores que pertencem ao grupo de risco, mas estes deverão apresentar justificativas em até 10 dias.

Os servidores que poderão continuar em regime de teletrabalho são: pessoas com mais de 60 anos; com diabetes insulino-dependentes; com

insuficiência renal crônica; doença respiratória crônica; doença cardiovascular crônica; câncer; doença autoimune e gestantes ou lactantes.

Quem teve contato com pessoas infectadas também está dispensado do trabalho presencial.

Para o retorno, os servidores deverão utilizar máscaras durante todo o tempo, além de manterem distância de 1,5 metros dos colegas. O decreto ainda estabelece que os chefes de cada órgão governamental garantam a segurança sanitária dos trabalhadores.

O documento também alerta que aqueles servidores que estão em regime de teletrabalho deve-

ão obedecer às regras de restrição social, sob pena de responsabilização funcional.

A determinação do retorno ao trabalho presencial se aplica aos empregados públicos, trabalhadores terceirizados, estagiários e demais agentes que possuam vínculo com os órgãos e entidades do Poder Executivo estadual.

Segundo o governo, a retomada dos trabalhos presenciais leva em conta a não prorrogação do decreto 424, de 25 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública em Mato Grosso e a redução na mídia móvel de casos confirmados de covid-19.

FRAUDES NA SAÚDE

Reincidente em 'rolos', Agnaldo de Carvalho é suspeito de desviar parte dos salários de médicos; propina era dividida com ex-secretária

Prefeito é preso por 'rachadinha'

Divulgação

Gabriel Soares

O prefeito de Rondolândia, Agnaldo Rodrigues de Carvalho (PP), foi preso na manhã da última quarta-feira (30), por suspeita de desviar parte do dinheiro era destinado ao pagamento de plantões médicos no município, em um esquema similar às rachadinhas. Agnaldo estava em uma agência bancária quando foi preso.

A ordem de prisão preventiva foi expedida pelo desembargador Marcos Machado, atendendo a um pedido feito pelo Grupo Operacional do Núcleo de Ações de Competência Originária (Naco - Criminal). O valor desviado não foi revelado.

Segundo o Ministério Público Estadual (MP- MT), Agnaldo e sua ex-secretária de Saúde Katia Monteiro teriam recebido propina do empresário Nélcio de Matos Júnior, que firmou contrato com a prefeitura de Rondolândia para fornecer serviços de plantão médico. O empresário confessou que estava pagando valor menor do que o previsto no contrato aos médicos para poder repassar parte dos

recursos ao prefeito e à ex-secretária.

No mês de agosto, os investigadores encontraram uma agenda com anotações sobre a 'contabilidade' do esquema, acompanhada de comprovantes de depósitos feitos nas contas de correntes de 'laranjas' indicados pelo prefeito e pela ex-secretária. Após a apreensão do material, o empresário Nélcio Júnior decidiu confessar o esquema.

"Ele não teve como negar que pagava a propina desde o início do contrato que foi firmado entre a empresa dele e a prefeitura, embora, muita coisa ele deixou de revelar, porém estamos apurando tudo", conta o delegado Rodrigo Azem, que comanda o grupo operacional do Naco.

Segundo o Ministério Público, o prefeito chegou a fugir da cidade quando percebeu a movimentação dos policiais no local em agosto, quando foi deflagrada a operação. Em revista na casa do prefeito, os investigadores mais do que documentos. Agnaldo mantinha armas e munições irregulares, o que pode levar a um novo indiciamento.



Segundo o Ministério Público, Agnaldo recebia parte do dinheiro que era desviado do salário de médicos plantonistas

Além da 'rachadinha', o Ministério Público encontrou indícios de que os investigados se articulavam frequentemente para manter a empresa F.M. Da S. Matos ME como vencedora das licitações realizadas pela prefeitura do município, sempre com o objetivo de manter os esquemas de desvios.

Com base no depoimento do empresário e nas provas colhidas, o

procurador Domingos Sávio de Barros Arruda, coordenador do Naco, pediu a prisão preventiva do prefeito para evitar que ele volte a cometer os crimes, além de assegurar que não haverá obstrução às investigações.

O inquérito policial será encerrado com a prisão e o interrogatório do prefeito e de outras pessoas envolvidas no esquema. A previsão é

que a denúncia seja oferecida em no máximo 15 dias.

FICHA CORRIDA - Agnaldo já havia sido preso em abril de 2019 pela Polícia Federal, também acusado de receber propina de uma empresa que prestava serviços para o município. O contrato investigado pela PF tinha valor de quase R\$ 4 milhões e contava com recursos federais.

Em fevereiro do mesmo ano, Agnaldo foi afastado do cargo por determinação judicial, por suspeita de pagar 'mensalinho' a um grupo de vereadores do município em troca de apoio político. Ele chegou a confessar que pagava uma espécie de "mensalinho" desde 2017, mas foi restituído ao cargo cerca de duas semanas depois, por ordem do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT).

PRIMEIRA VOTAÇÃO

Assembleia aprova PEC para garantir ferrovia em Cuiabá

Da redação

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso aprovou, na manhã da última quarta-feira (30), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que dá poder ao Estado de Mato Grosso para autorizar a construção da ferrovia Vicente Vuolo, a Ferronorte, cuja obra deve ser tocada pela empresa Rumo.

De acordo com o presidente Eduardo Botelho (DEM), a aprovação da PEC é resultado de um acordo para garantir a chegada dos trilhos a Cuiabá.

"Como o governo federal está enrolando para dar essa concessão para que ela chegue em Cuiabá, nós tivemos uma conversa com o grupo Rumo e nos disseram que se nós fizermos uma concessão estadual ela chega. Então nós estamos trabalhando com isso. Essa PEC vai

proporcionar isso. Nós estamos na luta e todos da Baixada Cuiabana", disse.

Se aprovada em segunda votação, a proposta mudará o artigo 131 da Constituição Estadual, que passará a vigorar com o texto acrescido de que compete ao Estado explorar diretamente ou mediante concessão, permissão ou autorização a prestação de serviços públicos. O restante do texto segue o mesmo.

Segundo Botelho, a chegada dos trilhos em Cuiabá é um desejo de todos os cuiabanos, o que possibilitaria a vinda de produtos mais baratos, além de facilitar a logística, barateando o 'custo Brasil', inclusive na agricultura familiar. O projeto, apresentado em agosto, está paralisado em função de um pedido de vista.

O deputado está confiante de que a PEC será

aprovada. "É interesse de todos os deputados que a ferrovia chegue até Cuiabá", destacou. A ferrovia, que termina em Rondonópolis, deve passar por Cuiabá e chegar até Sorriso. Em julho a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) deu aval para a construção da obra.

Durante votação, o deputado Wilson Santos (PSDB) destacou que um terminal ferroviário em Cuiabá é imprescindível. Segundo ele, se a ferrovia for direto para o Nortão, sem passar por Cuiabá, poderia levantar a discussão em torno de uma nova divisão do estado.

"Nós da Baixada Cuiabana precisamos lutar para que esse entroncamento ferroviário fique por aqui. Esse entroncamento em Lucas vai despertar de novo o sentimento da divisão do estado", disse.

CORTE DE CONTAS

Deputados abrem caminho para reeleição no TCE-MT

Da redação

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) aprovou na última quarta-feira (30) uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que autoriza reeleição para a presidência do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e também a recondução do procurador-geral de Contas.

Criada por iniciativa de 'Lideranças Partidárias', a PEC previa inicialmente a reeleição do Procurador-geral do Ministério Público de Contas, mas foi alterada posteriormente para permitir também a reeleição do presidente da Corte de Contas.

Na justificativa da PEC, o autor afirma que o objetivo é estabelecer a conformidade da ordem e do regime constitucional ao processo de escolha do Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribu-

nal de Contas do Estado de Mato Grosso e que norma vigente em Mato Grosso seria inconstitucional.

"Ao interpretar o art. 130 da Constituição da República, o Supremo Tribunal Federal prescreve que o processo de investidura do Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas deve ocorrer por meio de formação de lista triplíce e posterior escolha pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução", afirma.

O que chamou atenção é que após o deputado Ulysses Moraes (PSL) pedir vista, um substitutivo foi aprovado, gerando indignação do parlamentar. Quando foi discutir o projeto, Ulysses cobrou informações e ficou parado na tribuna durante todo tempo discutindo com Eduardo Botelho (DEM). Ele

reclamou que sua equipe não teve tempo hábil para analisar o projeto.

"Como que vamos votar um projeto que não está nem no físico, o substitutivo que traz uma questão muito importante e muito relevante para a sociedade? No momento em que o país está atravessando e discutindo o fim da reeleição, nós estamos aqui em Mato Grosso querendo dar a possibilidade do presidente do Tribunal de Contas se reeleger", afirmou.

Logo após ele teve seu tempo esgotado e pediu mais prazo ao presidente Eduardo Botelho, o que foi prontamente negado. Depois disso, o presidente da Casa lembrou que o projeto está em primeira votação e que o parlamentar terá oportunidade de discutir mais a matéria, tanto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) como no plenário.

DUPLICAÇÃO ATÉ SINOP

Geller garante solução para BR-163 até novembro

Gabriel Soares

Os problemas envolvendo a Rota do Oeste, que detém a concessão da BR-163 em Mato Grosso, devem ser resolvidos até novembro, o que permitirá a retomada das obras de duplicação da rodovia até Sinop (479 km de Cuiabá). A revelação foi feita pelo deputado federal Neri Geller (PP), durante conversa com jornalistas na manhã de segunda (28).

A solução depende apenas de um aval do governo federal quanto à troca do controle acionário da concessionária, que já apresentou um 'Plano de Cura' para a BR-163, prevendo a retomada dos investimentos em contrato e ainda não executados.

"A questão da duplicação, se Deus quiser, até final de novembro a gente acerta isso. Ou faz o contrato de cura, com uma prorrogação da

concessão, ou então faz a mudança do controle acionário e depois faz essa prorrogação. Está bem encaminhado e acho que dentro do ano a gente fecha isso", disse Geller.

Principal acionista da Rota do Oeste, a Odebrecht Transport não conseguiu cumprir o calendário de investimentos pois teve problemas para captação de recursos após a Odebrecht ser envolvida em esquemas de corrupção investiga-

dos na Lava Jato. Para resolver o problema, várias opções foram estudadas, desde a troca do comando acionário (a mais simples) até a caducidade do contrato para posterior relicitação, o que poderia iniciar uma guerra jurídica.

Além disso, a caducidade do contrato poderia elevar os preços dos pedágios em até 165%, segundo estudo técnico elaborado pela consultoria GO Associados.

Por isso, a tendência é que se concretize a troca do comando acionário, caminho que a própria concessionária optou por seguir e, inclusive, já tem grandes investidores interessados em assumir o empreendimento. Isso permitiria a retomada rápida das obras de duplicação e a manutenção do pedágio nos patamares atuais.

"Nós tivemos problema com relação ao decreto de regulamen-

tação da lei das concessões, houve uma demora para fazer um ajuste e convencer o governo de que o melhor seria o entendimento e não a caducidade, porque a caducidade iria judicializar e, com isso, iria demorar até 5 anos para a gente conseguir normalizar isso. Então, a proposta que veio da Rota do Oeste eu acho que está bem encaminhada para ser aceita pelo governo", explicou Geller.

PERÍODO DE DEFESO

De 1º de outubro a 31 de janeiro de 2021, a fiscalização de pesca será intensificada com operações realizadas pela Sema e parcerias

Piracema começa nos rios de MT

Marcos Vergueiro/Gcom-MT

Da redação

O período de defeso da piracema em Mato Grosso começa nesta quinta-feira, 1º de outubro. A proibição à pesca, tanto amadora como profissional, segue até o dia 31 de janeiro de 2021 incluindo os rios das bacias hidrográficas do Paraguai, Amazonas e Araguaia-Tocantins.

Neste período é permitida apenas a pesca de subsistência, desembarcada, que é aquela praticada artesanalmente por populações ribeirinhas ou tradicionais para garantir a alimentação familiar, sem fins comerciais.

Para os ribeirinhos é permitida a cota diária de três quilos e um exemplar de qualquer peso por pescador, respeitando os tamanhos mínimos de captura, estabelecidos pela legislação para cada espécie. O transporte e a comercialização provenientes da pesca de subsistência também ficam proibidos.

A definição do período da piracema é embasado na legislação de pesca e no manejo dos recursos pesqueiros, realizados por meio de estudos da biologia das espécies mais importantes, incluindo época, idade, tamanho, tipo de reprodução, estudos de crescimento e de estrutura da população de peixes e estudos de dinâmica de populações, que incluem estimativas

de taxas de crescimento e de mortalidade populacional.

A Resolução do Conselho Estadual de Pesca (Cepesca), que determina o período de defeso da piracema nos rios de Mato Grosso, foi publicada no Diário Oficial no dia 26 de junho de 2020.

FISCALIZAÇÃO - Durante o período de defeso da piracema, a fiscalização de pesca será intensificada. As operações realizadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema-MT) ocorrem também em parceria com Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental, Delegacia Especializada de Meio Ambiente (Dema), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Ficam excluídas das proibições previstas na Resolução do Cepesca a pesca de caráter científica, previamente autorizada por órgão ambiental competente.

Também entram na norma de exceção: despesca, transporte, comercialização, beneficiamento, industrialização e armazenamento de peixes com a comprovação de origem, provenientes de aquicultura ou pesque-pague licenciados junto aos órgãos competentes e registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



A proibição à pesca, tanto amadora como profissional, segue até o dia 31 de janeiro de 2021

(Mapa), bem como do pescado previamente declarado.

Todo produto de pesca oriundo de outros estados ou países deverá estar acompanhando de comprovante de origem, sob pena de multa, perda de pescado e dos pertences, equipamentos e instrumentos utilizados na pesca.

RIOS DE DIVISA - Nos rios de divisa, em que uma margem fica em Mato Grosso e outra margem em outro estado, a proibição à pesca segue o período estabelecido pela União, que

se inicia em novembro e termina em fevereiro de 2021. A pesca nos trechos de divisa está liberada, porém o peixe pescado na região não pode ser transportado nem comercializado dentro do território mato-grossense.

Em Mato Grosso, 17 rios se encaixam nessa característica de rio de divisa. Entre os mais conhecidos estão o Piquiri, na Bacia do Paraguai, que tem uma margem em Mato Grosso e a outra em Mato Grosso do Sul; o Araguaia, na Bacia Araguaia-Tocan-

tins, que faz divisa com Goiás, e o trecho do rio Teles Pires que faz divisa com o Pará, na Bacia Amazônica.

MULTAS - Quem desprezar a legislação poderá ter o pescado e os equipamentos apreendidos, além de levar multa que varia de R\$ 1 mil a R\$ 100 mil, com acréscimo de R\$ 20 por quilo de peixe encontrado. Neste período, as ações de fiscalização serão intensificadas com parceria entre fiscais da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), Batalhão

da Polícia Militar e Proteção Ambiental (BPM-PA), Juizado Volante Ambiental (Juvam), Delegacia Especializada do Meio Ambiente (Dema), Ibama e ICMBio.

DENÚNCIAS - A pesca predatória e outros crimes ambientais podem ser denunciadas por meio da Ouvidoria Setorial da Sema: 0800-65-3838, no site da Sema, por meio de formulário, nas unidades regionais do órgão ambiental ou ainda pelo aplicativo MT Cidadão.

(Com Assessoria de Imprensa)

DETERMINAÇÃO

Terras indígenas terão barreiras

Da redação

Com a finalidade de controlar o trânsito de pessoas e mercadorias que se dirijam a terras indígenas, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) editou medida provisória que determina o estabelecimento de barreiras sanitárias a essas áreas com o objetivo de evitar o contágio e a disseminação da covid-19. O texto foi publicado no Diário Oficial da União dessa quinta-feira (1).

Segundo o Comitê Nacional de Vida e Memória Indígena e pelas Organizações indígenas de Base da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), 34.402 casos foram confirmados e 829 indígenas já foram mortos pelo novo coronavírus no Brasil. São 158 povos afetados, de acordo com os dados contabilizados nesta quinta-feira (1).

A Medida Provisória (MP) estabelece que as barreiras sanitárias

serão "compostas por servidores públicos federais, prioritariamente, ou por militares". Segundo o texto, a "Fundação Nacional do Índio (Funai) será responsável pelo planejamento e pela operacionalização das ações de controle".

Entre as responsabilidades da Funai está, por exemplo, o pagamento de diárias a servidores públicos e militares que façam parte dos órgãos de segurança pública estaduais e dis-

tritaís que atuarão nas barreiras sanitárias.

A MP foi editada após lideranças indígenas e partidos políticos fazem pressão contra o governo por considerarem insuficientes as ações de proteção de povos tradicionais.

No começo de agosto, o ministro Luís Roberto Barroso, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou que o governo complementasse o Plano de Barreiras Sanitárias. A Apib e seis partidos políticos (PSB, Psol, PCdoB, Rede, PT, PDT) acionaram o Supremo por avaliarem que existia omissão do governo federal no combate à covid-19 entre os indígenas.

Em decisão (íntegra 183 KB), proferida em 31 de agosto, Barroso homologou parcialmente o plano apresentado pelo governo federal. O ministro apontou a necessidade de novos aprimoramentos, mas considerou que eles devem ser feitos com o programa já em andamento em razão da urgência do tema.

"Não seria de se esperar que, num quadro assim complexo - no qual se somam desacertos históricos que vêm de muito longe com a crise humanitária da pandemia da covid-19 - se pudesse, em poucas semanas, ter a solução ideal ou completa", afirmou.

CASO ISABELE

Segunda audiência será este mês

Da redação

A juíza Cristiane Padim da Silva, da 2ª Vara da Infância e da Juventude, deverá ouvir na segunda quinzena de outubro, as testemunhas de defesa e acusação do caso Isabele. Essa será a segunda audiência do caso, que ouviu no último dia 23 de setembro, a adolescente de 15 anos autora do disparo que matou Isabele Guimarães Ramos de 14 anos.

A adolescente foi indiciada por infração análoga a homicídio doloso (quando há intenção de matar) e prestou depoimento de aproximadamente quatro horas. A mesma juíza chegou a aceitar o pedido do Ministério Público Estadual (MPE) e determinou a apreensão da adolescente por 45 dias.

A defesa da menor conseguiu uma liminar e a garota deixou o Lar Menina Moça, no Complexo do Pomeri, pouco mais de 12 horas depois de sua apreensão. O advogado Artur Osti conseguiu um habeas corpus (HC) alegando que a apreensão era ilegal.

O HC foi concedido pelo desembargador plantonista Rui Ramos Ribeiro, que explicou que mantê-la em uma instituição socioeducativa seria "desproporcional" e trocou a apre-

ensão provisória por medidas cautelares.

Após serem ouvidas todas as testemunhas, a juíza deverá fazer as suas considerações, e em seguida sentenciar se a adolescente é culpada ou inocente. Além da garota, foi indiciado o namorado dela de 16 anos por ato infracional análogo a porte ilegal de arma de fogo.

O pai da adolescente, o empresário Marcelo Martins Cestari, 45, foi indiciado pelos crimes de posse de arma de fogo, homicídio culposo, entrega de arma para adolescente, previsto no Estatuto do Desarmamento, e fraude processual.

O artigo 183 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) diz que o prazo máximo e improrrogável para a conclusão do procedimento, estando o adolescente internado provisoriamente, será de 45 dias, porém, como a adolescente continua respondendo o processo em liberdade, a conclusão ainda não tem data definida.

O CASO - Isabele foi morta com um tiro de pistola 380, que perfurou a narina e saiu pelo crânio, na noite do dia 12 de julho, na casa da família Cestari. As adolescentes moravam no condomínio Alphaville em Cuiabá, onde o crime ocorreu, e eram amigas.



As barreiras sanitárias protetivas têm o objetivo de evitar o contágio e a disseminação da covid-19

FERROVIA DE INTEGRAÇÃO

Linha férrea terá 383 km de extensão e irá interligar o Vale do Araguaia, em Mato Grosso, aos portos de Santos (SP) e de Itaqui (MA)

Construção prevista para 2021

Defim Martins/Blog do Planalto

Da redação

As obras da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), entre Mara Rosa (GO) e Água Boa (MT), podem ser iniciadas já em 2021. O processo para a construção da ferrovia é um dos três previstos para Mato Grosso que mais avança, e na terça-feira (29) teve sua licença de instalação concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A obra é considerada de grande complexidade, mas por causar menos impactos ambientais pode ser finalizada dentro de cinco anos.

“O processo da Fico foi um dos mais adiantados. Foi possível chegar nesse estágio porque os projetos iniciais e de licenças já haviam tramitado. Com a liberação dos recursos, por meio da taxa de outorga e a definição da empresa que vai executar a obra, ficamos só esperando a liberação das licenças, como a da Licença de Instalação (LI) agora, pelo Ibama”, lembra Francisco Vuolo, presidente do Fórum Pró-Ferrovia em Cuiabá.

Com a permissão de instalação em mãos, a empresa Valec realizará a obra, com investimento de R\$ 2,73 bilhões. Esse montante é uma forma de pagamento do valor de outorga, pela empresa, que obteve a prorrogação antecipada do contrato de concessão



A modernização da infraestrutura logística na região beneficiará diretamente os produtores do Vale do Araguaia

são da Estrada de Ferro Vitória a Minas. O empreendimento será o primeiro a ser executado na modalidade de investimento cruzado, em que a empresa realiza uma obra de infraestrutura como contrapartida de concessão, como prevê a Lei 13.448 de 2017.

A modernização da infraestrutura logística na região beneficiará diretamente os produtores do Vale do Araguaia em Mato Grosso. Com a Fico, eles terão uma alternativa mais econômica para escoamento de safras a longa distância. Ela deverá atender uma

demanda de 13 milhões de toneladas úteis (TU) a partir de 2025.

“Com a Fico, dentro de três a cinco anos, vamos ter dois corredores de exportação, um para Itaqui (MA) e outro que desce para Santos (SP), que são eixos muito importantes. Estamos muito felizes com a LI concedida agora, pois a Fico não é uma obra simples. Ela demanda trabalho por ter muitas obras de arte no projeto”, ressalta Vuolo.

Ao todo, serão 383 km de linha férrea interligando o Vale do Araguaia aos portos de Santos e de

Itaqui, sendo que, futuramente, também ao de Ilhéus. Dentre as obras previstas estão construção de pontes e, principalmente, a instalação do terminal de carga no município de Água Boa.

A expectativa é que o empreendimento não sofra atrasos. O motivo para isso é que o seu traçado não atinja áreas de reservas ambientais ou indígenas.

“Não acredito que tenhamos problemas durante a execução da obra. No caso da Fico, ela foi estudada e desenhada para afetar o mínimo possível as regiões.

Porém, é claro que toda obra é acompanhada e se caso surgir uma questão de interesse ambiental isso pode ser questionado e travar um pouco o andamento, mas a princípio não vejo problemas”, aponta Vuolo.

O secretário nacional de Transportes Terrestres do Ministério da Infraestrutura, Marcelo Costa, também aposta na celeridade da obra. Conforme ele, “essa ferrovia já se inicia a construção no ano que vem, e, dentro de quatro anos, ela vai estar concluída. Isso vai dar um salto de qualidade e com-

petitividade para o país também, onde a gente mais precisa de ferrovia e onde a gente tem basicamente o celeiro do mundo concentrado ali na região Centro-Oeste e Centro-Norte do país”.

Segundo o Ministério da Infraestrutura (Minfra), o projeto da Fico é tido como um dos mais sustentáveis do programa de concessões do governo federal. Nenhuma unidade de conservação é interceptada e o traçado licenciado é 1,4 km distante das unidades de conservação mais próximas à ferrovia. Além disso, o traçado licenciado não intercepta nenhum assentamento. Também não abarca nenhuma Terra Indígena ou comunidade remanescente quilombola dentro ou fora da Amazônia legal.

CRIAÇÃO - A ferrovia EF-354 foi incluída no Plano Nacional de Viação por meio da Lei 11.772, de 17 de setembro de 2008, iniciando-se no litoral norte fluminense e terminando em Boqueirão da Esperança (AC), na fronteira Brasil-Peru, com cerca de 4.400 km de extensão. Neste traçado, ficou conhecida como Ferrovia Transcontinental. Esta mesma lei outorgou à Valec a construção, uso e gozo da ferrovia. Entre Mara Rosa e Vilhena (RO), com estimados 1.641 km de extensão, esta ferrovia é denominada Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico).

DESTAQUE**Mato Grosso se destaca na produção de gergelim****Da redação**

Dois variedades de gergelins produzidos em Mato Grosso adquiriram registros junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). O grão se tornou uma alternativa de segunda safra após a colheita da soja para os agricultores do município de Canarana, localizado a 838 km da capital. A cidade é responsável por 90% da produção nacional de gergelim.

O Sindicato Rural de Canarana registrou, junto ao Mapa, as variedades de gergelim Trebol e K3. Com isso, a entidade sindical passou a ser detentora das variedades, o que possibilita criação de parcerias e possibilidade de investimentos para a purificação das sementes.

Atualmente, são cerca de 200 mil hectares de gergelim plantados na região, sendo 87 mil só em Canarana.

O segundo vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato), Marcos da Rosa, responsável pela iniciativa, apesar de o processo de registro ter sido finalizado, as sementes só estarão disponíveis para comercialização nos próximos dois anos.

Além das duas variedades recém-registradas, outras duas são cultivadas na região: a Seda e a Anah, sementes registradas pela Embrapa. Por essa razão, o produtor recebe nota fiscal para fazer o plantio e posteriormente exercer o direito de salvar a semente. Já com as outras, K3 e Trebol são as mais cultivadas e atualmente têm menos problemas de doença.

As duas variedades mais produzidas estavam sem registro. Em consulta ao Mapa, o vice-presidente da Famato, Marcos da Rosa, verificou que o processo de registro ficou estagnado ainda nos anos 90, e desde então não houve mais interesse. “Sendo assim, como já estávamos cultivando essas duas variedades, sementes crioulas sem origem, estudamos a possibilidade de registrá-las”, explicou.

Para manter a produção das duas variedades (K3 e Trebol) e garantir a segurança do agricultor, o Mapa orientou sobre a possibilidade de registrar as variedades das sementes em um CNPJ, que no caso foi o do Sindicato Rural de Canarana.

A visibilidade conquistada pela produção das variedades tem sido acompanhada pelo Instituto Mato-grossense do Algodão (Ima), que em parceria com o sindicato, estão fazendo as pesquisas e a purificação varietal.

“Pelo grande volume plantado ainda teremos a necessidade de seguirmos plantando sem a origem. Contudo, estamos fazendo um bom trabalho junto com o Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (Indea-MT), mantendo diálogo com os técnicos que entenderam essa necessidade”, explicou.

O gergelim é uma opção a mais para segunda safra. Ele pode ser plantado depois da janela ideal do milho – que vai até 20 de fevereiro. A cultura exige menos água e é considerada uma boa opção de rentabilidade para o produtor.

CLIMA DE DESERTO**Seca atrasa plantio da nova safra**

Gabriel Jabur/Agência Brasília/Arquivo

Da redação

O prolongamento da estiagem na região central do país preocupa os produtores de soja de Mato Grosso. O plantio do grão está autorizado desde o dia 15 de setembro, com o fim do vazio sanitário, mas até o dia 25 apenas 0,75% das áreas previstas foram semeadas no estado. O percentual é apontado como o mais baixo dos últimos cinco anos, segundo o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea).

No ano em que a comercialização antecipada da soja 2020/21 atingiu recordes de venda, com mais de 55,9% dela negociada até o início de setembro, a seca em Mato Grosso está mais prolongada. O calorão acima dos 40°C e a umidade do ar a níveis de deserto, abaixo de 12%, afetam diretamente a produção agrícola em Mato Grosso.

Os trabalhos no campo para o plantio da soja 2020/21 estão atrasados, sendo 1,93 pontos percentuais (p.p.) abaixo da média dos últimos cinco anos, aponta o Imea. O atraso também prejudica os produtores que também trabalham com a segunda safra, algodão ou milho, que podem perder a janela favorável das culturas.

Uma das explicações para essa demora das chuvas mais volumosas é o fenômeno climático conhecido como ‘La Niña’, que provoca o resfriamento das águas do oceano Pacífico e interfere no clima do Brasil e do resto do mundo. Quando ocorre, ele provoca irregularidades na distribuição das chuvas. Isso significa que



Devido à seca, agricultores que cultivam milho ou algodão na 2ª safra podem perder a janela favorável ao plantio

a chuva pode até ocorrer em alguns locais, mas pode não ocorrer em outras regiões que dependem da cultura da soja, por exemplo.

A incidência do La Niña pode gerar alguns impactos climáticos no Brasil, como ondas de frio tardias no Sul do país e ventos fortes nos níveis mais altos da atmosfera. Porém, um dos que prejudica diretamente Mato Grosso é que no ano em que ocorre o La Niña, a umidade que viria da floresta Amazônica, tida como ‘combustível’ das chuvas ao passar pelo centro do país, ocorre tardiamente.

Apesar de a previsão de que os primeiros dias de outubro sejam ainda de muito calor em Mato Grosso, as chuvas chegarão em boa parte do estado. Segundo o Instituto TempoCampo, há indicação de chuvas entre 25 e 50 mm em algumas regiões do estado, o

que deve contribuir para os trabalhos nos campos.

“Os trabalhos podem acelerar nas próximas semanas, principalmente na região norte, em que os volumes podem superar os 100 mm. Aliás, uma das situações que pode ocorrer é a concentração da sementeira em poucos dias, o que poderá levar à concentração da época de desfolha e maturação da soja”, aponta o Imea.

EXPECTATIVA - A estimativa do Imea para a safra de soja 20/21 foi mantida no último levantamento de setembro. A produção esperada em Mato Grosso continua em 35,18 milhões de toneladas, o que é 0,62% menor que a produção percebida na safra 19/20. Já a expectativa de área é de 10,21 milhões de hectares, valor 2,23% acima da última temporada, enquanto a produtividade fica em 57,45 sacas por hectares (sc/ha).

AGRICULTURA FAMILIAR

Programa de Aquisição de Alimentos destinará R\$ 10,6 milhões em comprar de alimentos produzidos por pequeno agricultor em Mato Grosso

Dinheiro na mão antes do plantio

Da redação

Após seis meses de pandemia, as famílias de agricultores começam a ter acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) dos governos estadual e federal. Nessa segunda-feira (28), o termo de adesão estadual ao programa foi formalizado com a presença do ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni. O programa destinará R\$ 10,6 milhões em compras de alimentos produzido pela agricultura familiar de Mato Grosso.

“O dinheiro é utilizado pela União para comprar parte da produção agrícola desses produtores que estão com estoques acumulados por causa do distanciamento social. Em muitos municípios, com o fechamento das feiras, das escolas e das entregas porta a porta, agricultores familiares encontram dificuldade para comercializar sua produção. Com a medida, é possível beneficiar mais de 11 mil agricultores rurais”, descreve o Ministério da Cidadania.

Foi a pandemia da covid-19 que provocou a reativação do PAA, para o qual o governo federal liberou R\$ 500 milhões em abril deste ano para ajudar os agricultores familiares no enfrentamento dos efeitos causados pela pandemia. O montante está sendo distribuído entre os 26 estados e o Distrito Federal.

Em Mato Grosso, o programa será dividido em duas etapas. Na primeira contemplará cerca de 520 produtores, distribuídos em 35 mu-

nicipios do estado. O volume de compras atingirá 800 toneladas de alimentos, que serão destinadas a hospitais públicos, creches, escolas, entidades filantrópicas, como asilos e centros de Referência de Assistência Social (Cras).

Cada família de agricultor poderá negociar até R\$ 6,5 mil em produtos. Uma das vantagens da comercialização dentro do PAA é que o produtor – que trabalha com alimentos perecíveis, por exemplo –, começa sua produção já com a garantia da venda.

“Através da compra e doação simultânea é possível que a família produza e venda para o programa, que entrega esses produtos a quem precisa, quem está em vulnerabilidade alimentar”, aponta Saguio Moreira, agricultor e também diretor do Centro de Tecnologia Alternativa do Vale do Guaporé (CTA).

Dentro do programa, 89 produtos podem ser comercializados. Dentre eles estão: frutas, verduras, legumes, carnes de frango e suína, castanha-do-pará, mel, polpa de frutas, dentre outros.

Para Solange dos Santos, representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o PAA demorou a chegar e deixa alguns agricultores de fora. “Essa ajuda chega tarde. Era para conceder em março e agora estamos lidando com uma seca terrível, os produtores de algumas regiões enfrentam dificuldade com água e em razão disso não participam do programa”, ressalta Solange.



800 toneladas de alimentos serão destinadas a hospitais públicos, creches, escolas e entidades filantrópicas

Para o próximo ano, o governo do Mato Grosso pretende reforçar o programa com recursos próprios.

“Esse programa atenderá milhares de agricultores familiares. Em 2021, vamos dobrar esse recurso que o governo federal está colocando. Colocaremos recursos do governo do Estado porque compreendemos a amplitude e, acima de tudo, o resultado que esse programa vai dar. Vamos destinar alimentos para a nossa rede de

assistência, para instituições que prestam essa assistência aos mais vulneráveis. Assim como também ampliar a aquisição, contemplando a nossa merenda escolar e tantas outras responsabilidades que o Estado de Mato Grosso tem nessa área”, adiantou Mauro Mendes, governador de Mato Grosso.

O PROGRAMA – O PAA consiste na destinação de recursos para que Estados, Municípios e a Companhia Nacional de Abastecimento

(Conab) procedam à aquisição com dispensa de licitação e doação de alimentos oriundos da agricultura familiar. De maneira simplificada, o Programa tem o objetivo de fortalecer a agricultura familiar com o aquecimento na venda dos produtos e garantir o enfrentamento de situações de vulnerabilidade, com o atendimento de famílias e entidades sem fins lucrativos, em situação de insegurança alimentar e nutricional.

U M B O M
N E G Ó C I O
É T E R
U M G R A N D E
P L A N O

Investir na saúde da sua equipe, é cuidar do que é mais valioso na sua empresa.

Garanta motivação, produtividade e confiança ao seu negócio com os planos Unimed.

a partir de
Planos de saúde R\$93,00*

CUIDAR DE VOCÊ. ESSE É O PLANO.

Unimed 
Cuiabá

Vamos cuidar da sua empresa? **65 3612 3101**
www.unimedcuiaba.coop.br

ou procure
seu corretor

Nos dias 02 de setembro à 31 de dezembro de 2020 será realizada a Campanha Quadrimestral de Vendas da Unimed Cuiabá. Para as vendas neste período, será concedido desconto na tabela de preço e redução de 60 (sessenta) dias nas carências, exceto para partos e patologias preexistentes. Benefícios oferecidos exclusivamente aos novos clientes que contratarem planos empresariais a partir de 3 vidas. Cobertura e critérios de acordo com a lei 9656/98 da ANS – Agência Nacional de Saúde e posteriores atualizações definidas por esta reguladora e de acordo com o contrato firmado. Todas as vantagens anunciadas são válidas somente para o período da promoção e aplicam-se aos novos planos (não sendo válida para planos já existentes/migração). Campanha quadrimestral sujeita a alteração sem aviso prévio.